

Debate contempla todos os resíduos

Adotar um consumo consciente, modificar a cultura do aterramento, conhecer melhor as tecnologias disponíveis e as oportunidades econômica e socialmente viáveis, são alguns dos assuntos que nortearam os debates durante o seminário sobre a implantação das políticas de resíduos sólidos. Além desses, foram destaque a regulação do setor; os instrumentos e formas de implantação da logística reversa; a formação de consórcios municipais e a gestão compartilhada de resíduos; a bolsa de resíduos; o guia, elaborado pelo Estado, com orientações para o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos; os sistemas de tratamento térmico e geração de energia; o aproveitamento de biogás; o uso de áreas degradadas como aterro industrial e de resíduos da construção civil; a implantação e operação de aterros sanitários; a eliminação e recuperação de lixões; o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; o gerenciamento de resíduos da construção civil e o inventário de resíduos da mineração. Em nossa página você confere mais notícias sobre alguns desses assuntos e fotos do seminário. Acesse: www.abes-mg.org.br

Lixões não devem acabar até 2014

O prazo para erradicar os lixões no país termina em agosto de 2014. Apesar dos avanços de programas, como o 'Minas sem Lixões', 558 dos 853 municípios mineiros ainda dispõem seus resíduos de forma inadequada. Durante o Seminário, os palestrantes mostraram que os desafios para se cumprir as Leis 12.305 e a 18.031 começam com a dificuldade dos municípios em elaborar seus planos de gestão, depois em fazer cumprir as metas de redução, reaproveitamento, recuperação e descarte ambientalmente correto apenas dos rejeitos. Segue-se a isso, a falta de recursos econômicos e de planejamento de escala dos empreendimentos, as decisões inadequadas, a incapacidade técnica e operacional para manutenção dos empreendimentos e a ausência de desenvolvimento institucional. A presidente da Feam, Zuleika Torquetti, destacou que o investimento, feito com recursos do Ministério do Meio Ambiente, no plano de regionalização e constituição de Arranjos Territoriais Ótimos (ATOs) deve viabilizar a formação de consórcios e a gestão compartilhada dos resíduos, com ganho de escala e viabilidade econômica. Para o engenheiro sanitário, Cícero Catapreta, os esforços não são suficientes para cumprir o prazo determinado na lei e deve ganhar um aditivo. Leia mais: www.abes-mg.org.br



Maeli Estrela e Célia Rennó mediaram o painel sobre a logística reversa

O papel de cada um na gestão dos resíduos

O seminário "A implantação das políticas de resíduos sólidos", realizado nos dias 3 e 4 de junho, no auditório do CREA-MG, trouxe reflexões sobre o papel da União, do Estado, municípios e sociedade na gestão dos resíduos urbanos. No intuito de fazer um balanço sobre a implantação das políticas nacional e estadual de resíduos sólidos, a ABES-MG, em parceria com a Copasa, Feam e CREA-MG, reuniu, durante dois dias, especialistas que traçaram a trajetória dessas políticas, detalhando o que vem sendo feito, localizando gargalos e indicando ações para superar o desafio da destinação ambientalmente correta dos resíduos. A diretora da ABES-MG, Maeli Estrela Borges, destacou que o caminho é longo e há muito a ser feito, como por exemplo, suprir a falta de capacitação técnica e financeira dos municípios na elaboração dos Planos de Gestão, superar obstáculos na implantação da coleta seletiva e na logística reversa e, principalmente trabalhar para uma mudança comportamental na sociedade e na indústria quanto ao ciclo de vida dos produtos. Saiba mais em: www.abes-mg.org.br

Coleta seletiva ainda desafia

Em Belo Horizonte, cerca de 220 mil toneladas de material recicláveis são aterrados todos os anos, desperdício equivalente a R\$ 90 milhões de reais. Para o analista ambiental, Itamar Gomes Cabral, que defende a vocação geoconômica da cidade para o beneficiamento de materiais, o desafio é reverter a logística 'perversa' que engessa a coleta seletiva. Segundo Cido Gonçalves, responsável pela capacitação para gestão de resíduos, do CMRR, uma nova relação vem se estabelecendo entre as prefeituras e organizações de catadores, com a contratação das cooperativas para coleta e triagem ou apenas para o sistema de triagem. Para definir diretrizes de apoio à implantação ou ampliação dos serviços, Minas Gerais aprovou em 2011, o Plano Estadual de Coleta Seletiva (PECS) que prevê a valorização dos catadores e dos resíduos para ampliação dos serviços. Outra iniciativa, do Estado é o pagamento do Bolsa Reciclagem, que repassa trimestralmente aos catadores um valor em dinheiro como reconhecimento pelos serviços ambientais prestados. Apesar dos desafios, a coleta seletiva tende a avançar, pois está prevista nas metas dos demais programas de governo que corroboram com as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos.